

**FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE  
AVARÉ**

**Licenciatura em História**

**As Casas da Morte: Repressão ao Insurgente  
Durante o Regime Militar Brasileiro**

*Talita Ignêz Aureliano de Melo*

**Avaré  
2019**

**FACULDADES INTEGRADAS REGIONAIS DE  
AVARÉ**

**Licenciatura em História**

**As Casas da Morte: Repressão ao Insurgente  
Durante o Regime Militar Brasileiro**

*Talita Ignêz Aureliano de Melo*

Prof. MSc. Paulo Pizzigatti Diniz de Almeida

Trabalho apresentado  
como exigência parcial para  
obtenção do grau de licenciado em  
História.

Avaré  
2019

TALITA IGNÊZ AURELIANO DE MELO

***AS CASAS DA MORTE: REPRESSÃO AO  
INSURGENTE DURANTE O REGIME MILITAR  
BRASILEIRO***

COMISSÃO EXAMINADORA

---

---

---

Avaré, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Dedico o presente trabalho a um dos meus grandes influenciadores acadêmicos, apoiador e amigo pessoal, Jonatan Rafael de Souza Mello, e a todos os meus professores da FIRA, que com muita sabedoria e amor me orientaram ao longo dessa breve trajetória.

Em memória as vítimas da repressão dos 21 anos de ditadura militar.

A função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer.

Peter Burke

MELO, T. I. A de.. **As Casas da Morte**: Repressão ao Insurgente Durante o Regime Militar Brasileiro. 2019, 37 fl. TCC (Licenciatura em História). FIRA - Faculdades Integradas Regionais de Avaré, Avaré, 2019.

## RESUMO

O presente trabalho buscar retratar os antecedentes ao golpe militar de 1964, a disputa de João Goulart com os militares pelo governo e posteriormente relatar o estopim e o golpe de estado concretizado no dia 31 de março de 1964. Ademais, iremos observar brevemente o início do governo de Castelo Branco e conseqüentemente identificar alguns Atos Institucionais decretados na época e qual foi a sua importância para a consolidação do golpe e enrijecimento do sistema ditatorial, como também, evidenciar órgãos de propaganda usados pela ditadura para forjar notícias e manipular dados. Posteriormente identificaremos a ascensão da linha dura no poder, entre os governos de Figueiredo e Médici, e analisar brevemente como e o porquê do surgimento de grupos militantes clandestinos. Após isto, identificaremos alguns dos massacres e chacinas causados pela ditadura naquela época, além do mais, daremos visibilidade as casas da morte e ao sistema repressor arquitetado pela ditadura para não só extrair informações dos opositores do governo como também para torturá-los tão somente em forma de punição.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Casas da Morte; Repressão; Subversivos

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. JÂNIO QUADROS.....</b>	<b>7</b>
2.1 JUNTA PROVISÓRIA E PLEBISCITO.....	9
<b>3. GOVERNO GOULART E O GOLPE.....</b>	<b>11</b>
<b>4. CASTELLO BRANCO E O INÍCIO DOS ATOS INSTITUCIONAIS.....</b>	<b>14</b>
<b>5. A ASCENSÃO DA LINHA DURA.....</b>	<b>17</b>
<b>6. REPRESSÃO AO INSURGENTE.....</b>	<b>19</b>
6.1 OPERAÇÕES.....	21
6.2 CHACINAS.....	22
<b>7. OS ABATEDOUROS.....</b>	<b>25</b>
7.1 EMBARCAÇÕES DO MAL.....	28
7.2 ARAGUAIA E A CASA AZUL.....	29
7.3 PETRÓPOLIS E AS GUERRILHEIRAS.....	31
<b>8. CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>33</b>
<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>35</b>

## 1. Introdução

A década de 1960 foi marcada pela chegada do regime militar no Brasil, dado pelo golpe de Estado que se concretizou no dia 31 de março de 1964.

Em um primeiro momento o presente trabalho busca retratar ao leitor os antecedentes do golpe militar de 1964, como também, permitir uma clareza do início da década de 1960 para não só se ter uma breve compreensão do governo de Jânio Quadros como revelar alguns dos acontecimentos que iriam posteriormente levar o vice João Goulart a uma disputa pelo poder político com os militares.

Iremos observar o processo da criação da Junta Provisória de 1961, pós renúncia de Quadros, como também a emenda constitucional proposta pelo presidente do senado, Ranieri Mazzili, para o começo do parlamentarismo, fazendo dessa forma que João Goulart assumisse o cargo da presidência da República de forma limitada e com os poderes presidenciais fragmentados.

A partir disso, analisaremos o governo de Goulart e o início das campanhas pró e contra o seu plano de governo conhecido como Reformas de Base, identificando também alguns dos fatores que levaram a desestabilidade do governo como a crise econômica e política, criando-se dessa forma possibilidades mais sólidas para o golpe de Estado dado pelos militares.

Pós golpe, com uma eleição indireta o então general Castello Branco assumiu os poderes presidenciais, veremos nesse momento a publicação dos atos institucionais, esses que foram decretados entre os anos de 1964 à 1969, e que foram utilizados pelos tiranos para uma suposta justificação ao golpe de 1964 valendo-se também para enrijecer o sistema ditatorial, visando tão somente a continuidade dos privilégios elitistas que possuíam, a consolidação do regime e a concentração não só monetária como também de poder político.

Logo após, observaremos a ascensão da linha dura, respectivamente entre os governos de Costa e Silva e Médici, considerando a censura e a repressão plena que pairava no país nesse momento, principalmente após a instituição do AI-5, porém, devemos se conscientizar que as perseguições e torturas de opositores do governo aconteciam desde 1964.

Identificaremos também alguns meios de propaganda utilizados pela ditadura não só para campanhas contra os militantes que optaram por resistir à ditadura

como também forjar um nacionalismo idealizado por uma pequena burguesia brasileira, essa que incluía não só os ministros militares como também alas conservadoras da sociedade, empresários e bancários que comungavam com o regime, em uma troca de favores que ia desde empréstimos para manter o sistema e as propagandas contra os “subversivos”, como transigir imóveis para que o espaço se transformasse em um verdadeiro abatedouro, violando diretamente os direitos humanos e a integridade das vítimas.

Posteriormente, daremos início ao entendimento do principal foco desse trabalho, antes de darmos visibilidade as casas da morte e outros aparelhos clandestinos usados pelo regime para a prática de torturas e assassinatos contra a figura dos militantes políticos da época, iremos conhecer as estruturas clandestinas e alguns órgãos estatais que eram responsáveis por manter o alicerce repressor, como também evidenciar chacinas e massacres cometidos pela ditadura nesse período.

É necessário ressaltar que as práticas de repressão foram usadas contra a oposição que se fazia presente nas décadas de 1960 e 1970. Grupos e movimentos de esquerda, guerrilhas armadas sendo elas rurais ou urbanas e toda e qualquer outra forma de manifestação que divergisse da ideologia política militar. A censura e a violência sem dúvidas foram às principais características desses 21 anos de tirania no Brasil.

Por fim, com base no relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) identificaremos algumas casas da morte, essas que foram centros clandestinos utilizados pela ditadura para repressão e aniquilação de presos políticos.

## **2. Jânio Quadros**

Os candidatos que ganharam a disputa para presidente e vice-presidente nas eleições de 1960 foram simultaneamente Jânio Quadros, lançado pelas pequenas coligações como o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Democrático Cristão (PDC), e João Goulart reeleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Jânio Quadros efetuava uma campanha eleitoral significativa e simbólica com o slogan “*Varre, varre, varre vassourinha! Varre, varre a bandalheira!*”, prometendo por fim na corrupção da política brasileira, sendo assim, se aproximava cada vez mais do perfil das massas, como também por suas características populares, como



podemos ver na seguinte afirmação “Cabelos despenteados, barba crescida, roupas amarrotadas, gravatas desalinhadas, sotaque peculiar, gesticulação intensa e sanduíches de mortadela levados nos bolsos [...]” (QUELER, 2010, p, 62).

Além disto, se faz importante ressaltar sobre o Movimento Popular Pró-Jânio Quadros MPQJ que nesta eleição

Começa uma propaganda singular e contínua, que atordoava as ruas com Kombis e lambretas, gritando o nome de Jânio, o dia inteiro. Formavam-se comitês de bairro, colocavam-se garrafões nas esquinas, para a coleta de contribuições populares. Vendiam-se pequenas vassouras, símbolos da campanha que começava a invadir o País inteiro: “Jânio vem aí...” (SILVA, 1983, p, 25)

Quebrando com a tradição getulista que se consolidou no poder desde a revolução de 1930 “[...] Jânio Quadros é eleito em sufrágio direto, com a participação do povo que lhe deu quase seis milhões de votos [...]”. (SILVA, 1983, p, 30)

Sabendo-se que foi um governo sem um projeto político definido, com fatores importantes que contribuíram para a desestabilização da política interna e o descontentamento das classes, como por exemplo, a realização de uma política externa independente, enfrentamentos com partidos conservadores como a União Democrática Nacional (UDN) e a sustentação de relações diplomáticas com países socialistas, inclusive com a União Soviética.

Já na questão econômica, o arrocho salarial foi um fator importante que foi

[...] lesivo à classe média e ao proletariado; a queda no ritmo das obras públicas, que vai manter a nação em seu nível de pobreza. Haverá prejuízo para os empreiteiros, os que lucram com as grandes construções, com a queda de empregos. (IGLÉSIAS, 1993, p, 280)

Em um período de curta duração, Jânio esteve no poder de 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto do mesmo ano, quando subitamente renuncia ao cargo enviando uma carta-renúncia ao Congresso Nacional “[...] dizendo que o faz por não poder agir livremente, premido por ‘forças terríveis’”. (IGLÉSIAS, 1993, p, 281). Porém, para IGLÉSIAS, “[...] Jânio não sofreu pressão: escolhido por larga margem de votos [...] a nação estava na expectativa [...]”. (IGLÉSIAS, 1993, p, 281)

O líder populista crendo fielmente na mobilização do povo em manifestações contra o fim de seu mandato e levando em consideração que a oposição não aceitaria a posse do vice-presidente João Goulart, pois este era taxado

constantemente de comunista, Jânio sai de cena quando a renúncia é aceita pelo Congresso e a população se mantém indiferente ao acontecido.

## 2.1 Junta Provisória e Plebiscito

Estando o vice João Goulart na China, se tornou impossível assumir o cargo que lhe cabia por direito “[...] na linha sucessória constitucional”. (SILVA, 1975, p.93)

Com os militares e conservadores vetando a possibilidade de Goulart voltar ao Brasil para assumir o cargo, foi criada uma Junta Provisória, onde Ranieri Mazzilli – presidente da Câmara dos Deputados - torna-se o novo presidente da República, assim como SILVA descreve neste trecho: “[...] srs, parlamentares que se dêem a oportunidade de assistir à cerimônia de posse que se vai realizar, às 17h15, no Palácio do Planalto, do sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, na Presidência da República”. (1975, p, 151)

Neste enredo, facilmente é possível observar a crise do sistema político e a crise institucional brasileira. Tendo alguns governadores em favor dos procedimentos constitucionais e outros se opondo a execução dos mesmos, levantes a favor da posse de Goulart começam ocorrer, principalmente no Rio Grande do Sul onde o governador Leonel Brizola inicia uma campanha legalista que ficaria conhecida como “Rede da Legalidade”. (IGLÉSIAS, 1993, p, 287) De acordo com REIS, “Brizola exaltava a sua resistência nos pronunciamentos da Legalidade, mostrando que eles estavam preparados para enfrentar uma guerra caso ocorresse”. (REIS, s/d, p, 6)

Com uma guerra civil prestes a acontecer, os ministros militares reafirmaram “[...] o perigo de Goulart pela sua ação subversiva, que levaria o país ao regime comunista”. (IGLÉSIAS, 1993, p, 283), ainda “[...] o Ministro da Guerra Odílio Denys, via Jango como um futuro Fidel Castro e assumiria o risco de não permitir ao Brasil tornar-se uma nova Cuba”. (REIS, s/d, p, 4)

Diante de tais circunstâncias, para amenizar o confronto entre os grupos partidários, foi instalado por uma emenda proposta por Ranieri Mazzilli, o parlamentarismo. Goulart retornou ao Brasil para tomar posse e assumir a presidência da República.

Entretanto, com os poderes constitucionais limitados, o presidente torna-se apenas o chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro Tancredo Neves, seria de

fato o chefe de governo, exercendo o Poder Executivo. Segundo BANDEIRA, Goulart

[...] recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado, para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava. A renúncia de Quadros expressara essa necessidade. (BANDEIRA, 1978, p, 43)

Neste período tumultuado, a presidência da República passou por três governos parlamentares, durante nos quais ocorreu a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), greves gerais aconteceram, além disso, “Com o endividamento externo e a tendência inflacionária, agrava-se a situação do trabalhador urbano ou rural. Sindicatos e Ligas Camponesas atuam”. (IGLÉSIAS, 1993, p, 288)

Se faz necessário mencionarmos o movimento dos sindicatos nesse momento da História do Brasil, questão que será levantada a diante nesse trabalho.

O proletariado, desde o episódio da luta pela posse de Goulart, amadurecia, politicamente, como classe e os líderes sindicais formaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade e Ação (UPA) e outras associações em nível regional, a fim de coordenar e unificar o movimento operário, não somente para defender reivindicações econômicas como também para influir nas decisões do Poder Público, em sua política e mesmo em sua composição. (BANDEIRA, 1978, p, 59)

Além do mais, Goulart instituiu “[...] a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviço Público (CONESP)”. (BANDEIRA, 1978, p, 53).E em 1962

[...] não só instalou a Eletrobrás, empresa estatal que abarcaria todo o setor de eletricidade, como sancionou duas leis de profundo alcance para o desenvolvimento do País, uma, criando o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), e outra, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, com o monopólio estatal para a pesquisa, lavra de jazidas e comércio de minérios nucleares [...]. (BANDEIRA, 1978, p, 53)

Porém, com a situação crítica daquele momento, e o temor de um possível golpe militar, João Goulart antecipou o plebiscito que se realizou no dia “[...] 6 de janeiro de 1963, com a participação de 18 milhões de brasileiros, que disseram não ao parlamentarismo: 9 457 488 votos pelo presidencialismo, contra 2 073 582 pelo parlamentarismo”. (IGLÉSIAS, 1993, p, 287)

### 3. Governo Goulart e o golpe

Desde o parlamentarismo de 1961, Goulart já enfrentava situações delicadas na política do país, sendo elas internas ou externas, como o endividamento do Brasil, o *déficit* do Tesouro Nacional e a “espiral inflacionária” (BANDEIRA, 1978, p, 44), assim como BANDEIRA nos afirma nesse trecho “[...] a inflação se acelerou, extraordinariamente, exacerbando os conflitos sociais e a inquietação política, porquanto as forças de direita, derrotadas na tentativa do golpe de Estado, não cessaram de tramar”. (BANDEIRA, 1978, p, 45) Ademais, “Jango herdara duas heranças difíceis – o espólio administrativo de Juscelino Kubitschek, agravado por Jânio Quadros”. (SILVA, 1975, p, 94)

O Presidente trabalhava constantemente em prol das camadas minoritárias da população brasileira, propondo um programa de metas, denominado de reformas de base que caminhava com ele desde as eleições de 1961, segundo SILVA

As reformas de base surgem como medidas de transformação, tidas como necessárias para romper com as travas a um desenvolvimento autônomo do Brasil, reformulando a sociedade e satisfazendo os anseios de imensos segmentos de população, até então afastados totalmente de uma participação econômica, social e política. (SILVA, 1975, p, 102)

#### Entre os anos de 1963 e 1964 Goulart

[...] iniciou a execução do projeto de instalação de hospitais regionais da Previdência Social e instituiu a aposentadoria especial em função da natureza do serviço. Também incentivou a formação de sindicatos rurais [...] reconheceu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e determinou a regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural. (BANDEIRA, 1978, p, 116)

Outrossim, com o crescente avanço industrial no Brasil desde 1930, a questão da reforma agrária se tornou uma das pautas principais após a criação das Ligas Camponesas, porém, como se não bastasse toda a ala militar e conservadora, a interferência da burguesia foi o outro setor contrário as reformas do governo Goulart, de acordo com BANDEIRA

[...] a burguesia brasileira, subordinada às finanças internacionais e ligada umbilicalmente ao latifúndio, de onde originara parte do seu capital, relutava em promover ou mesmo rechaçava qualquer mudança na estrutura agrária, embora a situação dos trabalhadores agrícolas se deteriorasse cada vez mais [...]. (BANDEIRA, 1978, p, 55)

Além do mais, o Plano Trienal que “[...] pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação [...]” (FAUSTO, 2012, p, 251) também estava em percurso, SILVA diz que “O Plano Trienal foi a tentativa de cumprir o compromisso com as diversas correntes que disputavam o poder” (SILVA, 1975, p, 94), porém, o plano fracassou drasticamente, SILVA comenta que “As pressões políticas, que haviam forçado seu esquema, impediram que pudesse alcançar, ou ao menos tentar seus objetivos” (SILVA, 1975, p, 98), por conseqüência, ocorreu uma profunda crise econômica no País, assim como FAUSTO nos mostra nesse fragmento: “O crescimento do PIB, que fora de 5,3% em 1962, caiu para 1,5% em 1963”. (FAUSTO, 2012, p, 252)

A reforma urbana e tributária, a extensão do direito ao voto, e a nacionalização de algumas empresas específicas, também eram cogitadas, porém, é necessário ressaltar que

As reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país a partir da ação do Estado. Isso porém implicava uma grande mudança, á qual as classes dominantes opuseram forte resistência. (FAUSTO, 2012, p, 246)

Neste período, houve a ascensão dos movimentos sociais, de acordo com FAUSTO “[...] em um contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas” (FAUSTO, 2012, p, 245), com isso, “[...] era difícil controlar o movimento operário, que conquistava certa independência em relação ao Governo [...]” (MONIZ, 1978, p, 97), ademais, de acordo com FAUSTO “O crescimento das greves indica o avanço da mobilização social”. (FAUSTO, 2012, p, 247)

Tendo em vista os fatos mencionados acima, ocorreu o fortalecimento de uma consciência social pelos sindicatos e outros setores, a vida política do país deixou de fazer parte das reuniões da elite política para ganhar as ruas com a voz do povo brasileiro reivindicando seus direitos, assim como SKIDMORE nos mostra nesse trecho: “O rápido crescimento do eleitorado e o aumento da participação política diminuíram o espaço da manipulação elitista” (SKIDMORE, 2010, p, 298), para IGLÉSIAS “Tanta motivação social e política resulta do fato de que a nação participa do processo. A atividade pública deixa de ser privilégio do governo ou dos partidos, para ser exercida pela sociedade”. (IGLÉSIAS, 1993, p, 292)

Sendo assim, de acordo com GASPARI “As greves duplicaram, de 154 em 1962, para 302 em 63” (GASPARI, 2002, p, 48), segundo SILVA “No início de março de 64, 500 trabalhadores da indústria do fumo entraram em greve, [...] Em Pernambuco, 300 mil camponeses e trabalhadores de usinas de açúcar recorriam à greve [...]”. (SILVA, 1975, p, 117)

Outrossim, ainda em 1963 por conta da Constituição vigente da época que deixava os sargentos ilegíveis para assumir cargos políticos e com a reafirmação do Supremo Tribunal Federal (STF) nessa questão, ocorreu a Revolta dos Sargentos, de acordo com FAUSTO “Os rebelados chegaram a ocupar edifícios públicos e a controlar as comunicações, prendendo também vários oficiais, até serem vencidos”. (FAUSTO, 2012, p, 253). Contudo, o Presidente “[...] adotou a neutralidade, recusando-se a defender ou atacar os rebeldes”. (SKIDMORE, 2010, p, 306)

A conspiração contra o Presidente se alastrara, ademais, à esquerda no período do plebiscito já havia se fragmentado em duas divisões, “[...] a esquerda moderada (‘ou esquerda positiva’), [...] A esquerda radical (‘ou esquerda negativa’)” (SKIDMORE, 2010, p, 261), fato que veremos no capítulo 4.

Com a radicalização política e a polarização interna cada vez mais acentuada, os tentáculos da direita “[...] ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo”. (FAUSTO, 2012, p, 253)

Três fatos marcantes nessa época aconteceram antes do golpe. O primeiro deles no dia 13 de março de 1964, onde o presidente discursara sobre as reformas de base no Comício da Central no Rio de Janeiro.

João Goulart assumira desde sua posse uma posição de “[...] nacionalista-reformista [...]” (GUISOLPHI, p, 2), e de acordo com Bandeira “Estas reformas, evidentemente, não visavam ao socialismo. Eram reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia”. (BANDEIRA, 1978, p, 164)

O segundo acontecimento ocorreu no dia 19 de março de 1964, no qual várias manifestações denominadas de Marcha da Família com Deus pela Liberdade insurgiram nas capitais em uma resposta negativa ao comício do presidente.

Enquanto os movimentos sociais se aproximavam do presidente da República e suas ações em favor das reformas de base, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, liderada por autoridades civis e religiosas

defendiam a tradição familiar e a propriedade privada. (GUISOLPHI, s/d, p, 1)

A conspiração não estava somente nos grupos elitistas conservadores, é válido lembrar que a propaganda ideológica foi financiada por setores que partilhavam com o golpe, tendo em vista que, a televisão, o rádio, e os jornais eram um dos principais meios de comunicação mais usados pela classe média daquela época.

Houve dessa forma a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), disseminador de uma publicidade anticomunistas, desde o início da década de 1960, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Segundo GUISOLPHI

Diretores e presidentes de associações comerciais e industriais, com o apoio da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, criaram o IBAD: [...] Esse órgão tinha como função arrecadar e distribuir fundos para a forte campanha publicitária anticomunista contra o governo". (GUISOLPHI, s/d, p, 3)

Já o terceiro fato, esse que é considerado por muitos o estopim para o golpe, foi o discurso do presidente no salão do Automóvel Clube no dia 30 de março de 1964, o qual foi considerado uma quebra de hierarquia, tendo em vista que Goulart discursará para a baixa patente (sargentos, cabos, soldados) e não com a elite militar (almirantes, generais, tenentes), outros fatores também contribuíram.

#### **4. Castello Branco e o início dos Atos Institucionais**

Em 31 de março de 1964 o golpe estava dado e Auro de Moura Andrade - presidente do Senado - declarava a vacância da presidência da República ainda com o presidente em solo brasileiro, logo depois o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o cargo mais uma vez.

Houve também a criação de uma junta militar que foi denominada de Comando Supremo da Revolução composta por três ministros militares, esses que posteriormente assinariam o primeiro Ato Institucional (AI), e em 15 de abril de 1964 uma eleição indireta elegeu o chefe do Estado-Maior Humberto de Alencar Castello Branco, um dos principais articuladores do golpe.

Na década de 1960 diante das crises políticas, sociais e econômicas ocorridas no governo Goulart, ademais, com o presidente perdendo seus aliados e

com a propaganda ideológica obsessiva de ameaça comunista, deu-se o momento propício para a concretização do golpe de estado que os militares tanto almejavam.

Porém, a direita militar chegou ao poder com uma estrutura desorganizada e sem nenhum plano de governo definido, de acordo com FAGUNDES

[...] A aliança-militar que depõe o presidente é muito mais uma união multifacetada de opositores que por fatores diversos se identificavam contra o governo do que um grupo coeso que compartilhasse um projeto ou mesmo idéias acerca do destino do país. (FAGUNDES, 2014, p, 61)

Além do mais, os motivos para o golpe não eram suficientes para a garantia da centralização política, pois as justificativas eram restritas a objeção aos motins de esquerda, a invenção do chamado “perigo comunista” e todos os outros fatores que se contrapunham e que confrontavam a tirania da direita brasileira daquela época.

Segundo FAGUNDES “[...] o golpe tinha um propósito pontual, derrubar o presidente, e não trazia nenhum projeto futuro que não fosse além de slogans e interesses desencontrados”. (FAGUNDES, 2014, p, 61)

Se antes não era visível a divisão dentro da própria ala militar agora os grupos iriam se dividir radicalmente entre os castelistas, influenciados por Castello Branco, que se consideravam moderados, e o grupo da linha dura que tinham ações radicais e que visavam por uma ditadura mais severa.

Com um governador moderado no poder, também é possível notarmos que os anos seguintes da repressão seriam marcados não só pelas questões sociais como também por confrontos políticos internos, tão somente em razão dessa divisão.

O primeiro tirano do regime teria necessariamente que estabelecer um equilíbrio entre as ideologias políticas que permeavam o momento, ainda que, “Nos primeiros meses como presidente, Castello Branco tentou dissociar seu regime da posição reacionária dos revolucionários de extrema direita” (SKIDMORE, 2010, p, 356-357), existisse forte influência dos radicais em seu governo.

Castello Branco para se manter no poder realizou grandes feitos não somente para justificar o início do autoritarismo mais também para que o regime se consolidasse, visando tão somente a sua continuidade. Portanto, tendo em vista tais objeções, em 1965 o militar edita o AI número 2.

Entre os atos complementares (AC) deste AI estava a extinção de todos os partidos políticos vigentes, para SKIDMORE



O Ato foi, portanto, um acordo entre os linhas-duras e os constitucionalistas. Foi também um claro reconhecimento, pelo governo, de quem, em sua busca de base política, teria de manipular a cena política de modo mais amplo do que os revolucionários “constitucionalistas” julgaram necessário”. (SKIDMORE, 2010, p, 359)

#### De acordo com o Brasil Nunca Mais (BNM)

[...] o Ato Institucional nº 2, [...] acaba com todos os partidos políticos e permite ao Executivo fechar o Congresso Nacional quando bem entender; torna indireta todas as eleições para presidente da República e estende aos civis a abrangência da Justiça Militar. (BNM, 1985, p, 61)

Dessa forma, o bipartidarismo consistia na formação de dois partidos políticos - esses que iriam vigorar até 1979 - nesse caso a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) grupo conservador pró ao golpe de 1964 e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) partido opositor da ideologia militar. Entretanto, para o BNM o MDB foi “[...] encarregado de fazer oposição, mas sem contestar o regime”. (BNM, 1985, p, 61)

Justifica-se tal ocorrido da seguinte forma: “Os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas”. (FAUSTO, 2012, p, 262). O fato de haver vários grupos significava a existência de uma democracia política, e se ocorria crises por conta das reivindicações desses partidos era simplesmente pelo fato de que ambos, principalmente os grupos de esquerda, buscavam por um espaço dentro do congresso conservador.

Tal ameaça se concretizada diminuiria os privilégios elitistas e por isso era uma intimidação significativa, não pela questão comunista que tanto se falava, mas pelo simples fato dos riscos que a aristocracia brasileira corria de perder seus privilégios. Para SKIDMORE

[...] a maioria dos militares concordava quanto à absoluta necessidade de impedir o retorno à política populista. Eles pressionavam constantemente Castello Branco a restringir a oposição sempre que esta ameaçava o monopólio de poder que os revolucionários reivindicavam para si. (SKIDMORE, 2010, p, 368)

Em 1966 foi à vez da edição do AI número 3 - “Pelo Ato Institucional nº 3, de fevereiro de 1966, também as eleições para governadores dos Estados são tornadas indiretas” (BNM, p, 61) - e posteriormente a edição do AI número 4, esse que promulgará a Constituição de 1967. O cenário político se enrijecia cada vez mais e o regime se fortalecia.

O governo de Castello Branco foi marcado pelo início dos exílios, perseguições, extirpação de direitos políticos, eleições indiretas, cassações de mandatos no congresso e pela censura plena que começará a calar a boca de milhares de brasileiros.

## 5. A ascensão da linha dura

Já em 1967 com uma eleição indireta Artur Costa e Silva passou a governar, começou então a segunda fase do regime militar brasileiro. Nesse momento a ditadura passou por uma transição, se antes com Castello foi considerada como sendo menos repressora agora com a ascensão de um governador do grupo da linha dura a opressão se intensificará de forma exponencial.

Segundo SILVA “[...] verifica-se que é o período em que o Executivo mais exorbitou em suas funções, legislando por decreto (sem consulta ao Legislativo), baixando inúmeros Atos Complementares” (SILVA, 1992, p, 30), dentre os sete novos AC estava a edição do AI número 5 “[...] que concedia poderes excepcionais ao presidente da República”. (SILVA, 1992, p, 35)

Para FAUSTO o AI-5 foi “[...] um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos [...] Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo”. (FAUSTO, 2012, p, 265)

Contudo, ainda que nesse período o regime estivesse no auge da repressão, é necessário ressaltar que a punição contra os opositores do governo, seja essa independente de como era realizada, ocorria desde 1964.

O AI-5 foi mais uma forma de justificar a violência que o próprio Estado construía e operava, os totalitários usavam a propaganda e a mídia através não só dos jornais da época que comungavam com o regime como a Folha de São Paulo e O Globo, mas também, através do IPES (já mencionado no capítulo 4), para edificar um nacionalismo forjado e obstinado de forma intencional somente para a concentração monetária e de poder político.

Com isso, “Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 constituiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969” (FAUSTO, 2012, p, 265), grupos que evidenciaremos a diante nesse trabalho.

Já em 1969, ocorreu o afastamento do atual presidente (Artur Costa e Silva), o vice Pedro Aleixo não assume o cargo, de acordo com SILVA “[...] os ministros militares do Exército, Marinha e Aeronáutica [...] assumiram o poder” (SILVA, 1992, p, 39), dando início a uma Junta Militar. Para a BNM “[...] o episódio obscuro da enfermidade que afastou Costa e Silva da presidência e ensejou um “Golpe Branco” desfechado pelos três ministros militares ao impedirem a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo”. (BNM, p, 62)

Outro acontecimento que marcou a história da Ditadura Militar Brasileira nessa época, foi o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick pela guerrilha urbana, respectivamente o grupo Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8). Na carta-manifesto o grupo exigia em troca do embaixador a libertação de presos políticos.

A Junta Militar cede às exigências dos sequestradores, baixando ao mesmo tempo os Atos Institucionais números 13 e 14. O AI-13 previa o banimento do país de elementos considerados subversivos, e pelo AI-14 ficava restabelecida a pena de morte no Brasil para elementos subversivos. (SILVA, 1992, p, 40)

No mesmo ano (1969) “O Alto Comando das Forças Armadas escolheu para presidente o general Emilio Garrastazu Médici [...]”. (FAUSTO, 2012, p, 266)

Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, Médici dá início, [...] ao governo que representará o período mais absoluto da repressão, violência e supressão das liberdades civis de nossa história republicana. Desenvolve-se um aparato de “órgãos de segurança”, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina. (BNM, 1985, p, 63)

Com a posse de Médici, SKIDMORE afirma que “O rigoroso sistema autoritário tornou possível a “estabilidade” política, que os militares da linha dura defendiam como a ausência de qualquer oposição ou crítica séria, satisfazendo assim seu desejo de suprimir a tensão e os conflitos públicos de um sistema aberto. (SKIDMORE, 1988, p, 187)

Se houve no momento uma estabilidade política foi em decorrência de uma repressão excessiva e de uma censura intensa, os estudantes que protestavam contra o governo eram presos, os políticos que se posicionassem contra os militares eram exilados, a luta armada urbana e as guerrilhas rurais que conseguiam ainda

intervir e abalar o regime eram dizimadas, em uma ditadura ninguém tem vez, ninguém tem voz, a não ser aquela que tiranamente se escuta em uma ordem quase que providencial de cima para baixo.

Os grupos e movimentos contrários a autoridade do sistema agiram na ilegalidade, lutaram pela democracia na coragem de viverem na clandestinidade, mas ainda sim fizeram oposição, ainda sim insurgiram-se e não se submeteram aos cassetetes da ditadura.

O resultado de todo esse arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação, restando praticamente uma única forma de oposição: a clandestina. (BNM, 1985, p, 62)

## 6. Repressão ao insurgente

Subversivos eram chamados os opositores do governo ditatorial, portanto com a crescente dos grupos militantes os aparelhos de repressão se intensificaram nesse período, de acordo com BARETTA os “[...] aparatos repressivos [...] são [...] ferramentas utilizadas pelo Estado para a coleta de informações e a repressão efetiva dos tais inimigos”. (BARETTA, 2017, p, 110)

As organizações como o Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Sistema Nacional de Informações (SNI), trabalharam mutuamente com o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do I, II, III e IV Exército para a censura e repressão daqueles que tinham ideologias contrárias à da classe dominante, nesse caso a ideologia militar.

Antes da criação dos DOI-CODI, estes que se alastraram por todo o país, outros lugares eram usados para as coletas de informações e torturas. Conforme o relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL) “Os centros clandestinos foram utilizados para apoio à repressão empreendida por unidades militares e polícias locais [...]”. (BRASIL, 2014, p, 728)

Há documentos de centros clandestinos atuantes desde 1960, como o Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco.

Na década de 1960, o DOPS/PE tornou-se um centro de informação sobre o movimento camponês, fornecendo subsídios à atividades repressiva de diversas delegacias do país. Também desenvolveu ações sistemáticas de combate aos sindicatos rurais e urbanos, ao movimento estudantil, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dissidências ligadas à luta armada (Ação Libertadora Nacional, ALN; [...]). (BRASIL, 2014, p, 787-788)

Além disso, com a chegada da ditadura militar é possível identificar adaptações desses espaços, temos como exemplo o DOPS do Rio Grande do Sul, “O departamento passou por uma reformulação para adaptar-se à Doutrina de Segurança Nacional e à estruturação de um sistema de repressão política que foi sendo estabelecido ao longo dos anos do regime militar”. (BRASIL, 2014, p, 760)

Ademais, como já mencionado, esses locais eram “[...] detenções ilegais e arbitrárias [...]” (BRASIL, 2014, p, 728), usados especificamente para as práticas de martírio como “[...] tortura, execuções e desaparecimentos forçados [...] que obedeceram a uma política de Estado”. (BRASIL, 2014, p, 728)

Outrossim, foi a participação dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), das delegacias, quartéis e batalhões espalhados por todos os estados do País, como o Quartel do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte (MG), o Quartel do Forte do Barbalho (BA), também o 1º Batalhão de fronteira de Foz do Iguaçu (PR), o 10º Batalhão de Caçadores (GO), entre outros.

Para a CNV “Tiveram, dessa forma, funcionamento regular e controle de prisões e deslocamentos de presos, com o conseqüente fluxo de informações entre os órgãos de segurança do regime”. (BRASIL, 2014, p,792). É evidente que o aparato da repressão foi minuciosamente esquematizado para eficientemente não só promover uma fiscalização ampla dos opositores mas como também para extinguir indivíduos e grupos que tivessem vínculos com a esquerda brasileira.

No Rio de Janeiro temos em exemplo a Vila Militar e a Ilha das Flores, centros de encarceramento que foram “[...] utilizadas pelas Forças Armadas para a realização de torturas, morte e outras graves violações de direitos humanos contra presos políticos durante o regime militar”. (BRASIL, 2014, p, 746)

Na década de 1970, outro espaço surpreendente de violação aos direitos humanos foi o caso do Hospital Central do Exército (HCE), “[...] – um complexo hospitalar militar [...]” (BRASIL, 2004, p,737), onde o engenheiro mecânico Raul Nin Ferreira foi brutalmente torturado, em depoimento a BRASIL

Segundo Pedro Nin Ferreira, irmão de Raul Amaro: Quando soubemos que o Raul tinha ido para o hospital, pensávamos que ele tinha apanhado, mas que iriam cuidar dele, jamais o contrário [...] As pessoas sabem que houve [graves violações de direitos humanos] no DOI-CODI. Agora vão saber que um hospital fez parte do sistema de repressão. (BRASIL, 2004, p, 739)

Podemos observar que o aparato opressor clandestino se alastrou de forma rápida por todos os estados do Brasil, a ditadura não perdoava, seja em hospitais ou anexos, a violação se fez presente durante os 21 anos de repressão.

### 6.1 Operações

Além dos lugares clandestinos usados pelo Estado durante o regime autoritário ocorreram várias operações de perseguição e censura aos militantes que praticavam a luta armada ou que estavam vinculados a organizações de resistência política. Dentre as operações houve a Operação Condor, Operação Pajussara, Operação Marumbi, Operação Radar, Operação Cajueiro, entre outras.

Com a Guerrilha do Araguaia houve “[...] três grandes operações, às quais chamavam de cerco e aniquilamento” (INSTITUTO MAURÍCIO GRABOIS, 2006, p, 9), a primeira denominada de “[...] operações Carajás e Mesopotâmia, objetivando localizar militantes de movimentos políticos contrários à Ditadura [...]” (LUIZ, REIS, SILVA, p,87), “A segunda campanha foi designada como Operação Papagaio, que se constituiu na movimentação de tropas aliadas a Ação Cívico-Social (Aciso)”. (LUIZ,REIS, SILVA, 2016, p, 88)

Não contente as Forças Armadas deram início a terceira operação, “[...] procuraram conquistar a simpatia da população com o início da Operação Aciso e manter os ‘guerrilheiros’ ainda mais isolados; recrutaram mais guias, construíram mais bases militares e usaram a propaganda e a guerra psicológica”. (LUIZ,REIS,SILVA, 2016, p,88)

Em destaque temos a Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo. A sua existência atravessou todo o governo militar e se destacou em meio às outras operações por ter se tornado um protótipo do DOI-CODI. De acordo com a BNM “[...] o tipo de estrutura da OBAN serviu de inspiração para a implantação, em escala nacional, de organismos oficiais que receberam a sigla DOI-CODI”. (BNM, 1985, p, 73)

Para a CNV

A estrutura repressiva da Oban, voltada para seqüestrar, prender, torturar e executar opositores do regime militar, transformou-se em mecanismo tão

eficiente que se tornou modelo, posteriormente difundido para todo o país, com a implantação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). (BRASIL, 2014, p, 755)

Fato marcante que envolveu o DOI-CODI/ II Exército e as dependências da Oban foi o caso do jornalista Vladimir Herzog na década de 1970, episódio que ficou conhecido como sendo um dos principais símbolos do regime militar.

Em 25 de outubro de 1975 foi divulgada a notícia de que Vladimir Herzog havia se suicidado no DOI-CODI/ II Exército. A versão difundida pelos agentes da repressão causou revolta em diferentes setores da sociedade civil, e muitos alegaram que o jornalista havia sido morto em decorrência de torturas. (BRASIL, 2014, p, 758)

Em alerta as falcatruas do regime militar, é necessário desmascarar toda a manipulação de dados cedidos pelos militares naquela época, principalmente quando aconteciam mortes dentro dos DOI-CODI. Era brando quando se tratavam de casos como o de Herzog ao dizerem por inúmeras vezes que havido sido somente mais um suicídio, pois nem todos sabiam da gravidade de tal problema, mais os que conheciam de fato a violência ditatorial compreendiam que tais conseqüências ocorriam pelas crueldades desumanas das torturas (CDHI, 2015).

Vítimas de tal flagelação que mesmo em atos de súplicas tiveram seus corpos perfurados, eletrocutados, carbonizados, mutilados e desmembrados. Não é somente a violação dos direitos humanos que está em questão, devemos pensar nos traumas psicológicos de quem sobreviveu e de famílias que até hoje trabalham para encontrar por ossadas de filhos, conhecidos, parentes e amigos.

## 6.2 Chacinas

Ademais, se faz necessário mencionar a existência de alguns extermínios realizados nesse período como o Massacre de Medianeira organizado pelo DOPS do Paraná “[...] em que seis militantes de esquerda foram assassinados na cidade de mesmo nome, na fronteira entre Brasil e Argentina” (CNV, 2014, p, 767) e a noite de São Bartolomeu comandada pelo tenente-coronel reformado Paulo Malhães no Rio Grande do Sul que segundo o depoimento de um “[...] ex-militante da VPR, relata que Malhães organizou sessões de tortura coletiva, o que foi na época denominado por Reneu Mertz, vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como a noite de São Bartolomeu [...]”. (BRASIL, 2014, p, 762)

Não podemos deixar de expor o caso do coronel Paulo Magalhães e a reformulação da repressão sofrida no DOPS-RS após a sua passagem pelo local. Segundo a CNV “O período entre 1970 e 1972 concentra o maior número de denúncias de tortura nas dependências do DOPS/RS, o que pode ser um reflexo da passagem de Paulo Malhães [...] pelo departamento, em 1970”. (BRASIL, 2014, p, 760)

Em depoimento Índio Vargas - ex-presos político - considera a alteração drástica na repressão gaúcha como podemos ver no trecho a seguir, “De acordo com Índio, no momento anterior à chegada de Malhães os interrogados abusavam das pauladas e do pau de arara, porém, não sabiam potencializar a dor dos presos, o que foi ensinado por Paulo Malhães [...]”. (BRASIL, 2014, p, 760)

O massacre da Lapa em São Paulo é outro símbolo conhecido da ditadura por ser mencionada como “[...] - o último grande massacre praticado pela ditadura militar- [...]”. (IMG, 2016, p, 17)

Os militares propondo a aniquilação da organização do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), visto que esse foi o partido responsável pelo maior movimento de resistência armada contra o regime ditatorial, respectivamente a guerrilha do Araguaia (POMAR), arquitetaram um fim para o tal importuno.

Segundo o INSTITUTO MAURÍCIOGRABOIS (IMG), comentaristas da época especulavam sobre o caso em seus meios de comunicações, e se falava até em promessas dos militares para o abatimento tanto do partido como dos seus dirigentes (2016). “O ódio dos generais reacionários contra o Partido que havia dirigido a experiência guerrilheira no Araguaia era enorme. Destruir o Pcdob era o sonho obstinado desses senhores”. (IMG, 2016, p, 14)

É possível perceber o quanto militantes de esquerda ao mesmo tempo em que atemorizavam os militares também lhe causavam sentimentos de repulsão e enfurecimento. Estamos falando de dois lados com o mesmo nível de competência para duelar uma batalha, ainda que uma das partes se destaque por dispor de recursos mais elaborados para o conflito a outra portava habilidades e técnicas desconhecidas para desestabilizar o adversário.

Os militares sabendo que uma das reuniões do Comitê Central (CC) do PCdoB estava prevista para acontecer entres os dias 14 e 15 de dezembro de 1976, e que os principais membros do Partido estariam presentes, entre eles João Amazonas, responsável pelo Araguaia, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, principais



líderes comunistas, e outros dois nomes conhecidos do sistema ditatorial: Haroldo Lima e Aldo Arantes, articularam um movimento de repressão contra os militantes, denominado de Operação Urbana.

No dia 15 de dezembro quando componentes da reunião deixavam a casa, perseguições, prisões e torturas aconteceram, porém dois dirigentes do partido permaneceram na casa, porém, não sabiam da Operação e nem da prisão de seus companheiros, no dia 16 de dezembro o massacre ocorreu,

[...] numa ação combinada dos I, II e III Exércitos, a repressão partiu para matar quem estivesse na casa da Lapa. Não deu qualquer oportunidade de rendição a ninguém. Pedro Pomar e Ângelo Arroyo não receberam voz de prisão, nem foram advertidos ou chamados a se entregar. Foram sumariamente fuzilados. (IMG, 2016, p, 19)

Depoentes do caso afirmam que as vítimas não portavam armas no momento do ataque, e que “A repressão chegou atirando. O corpo de Pomar tinha cerca de 50 perfurações de bala”. (IMG, 2016, p, 13)

Pós acontecido, em uma tentativa para camuflar a carnificina na casa “[...] a posição dos corpos é alterada e aparecem ao lado deles, no chão, armas [...]”. (POMAR, 2006, p, 31)

Segundo o IMG, “A polícia política remontou a cena do massacre, colocando armas ao lado dos corpos inerte, e divulgou a falsa versão de que haviam sido mortos durante um intenso tiroteio”. (IMG, 2016, p, 13)

Nas inúmeras versões oficiais que foram divulgadas nesse período, há controvérsias radicais sobre os fatos, no caso do CC para POMAR “Os terroristas da casa reagiram, e morreram tão-somente por isso, por não acatarem a ordem de prisão” (POMAR, 2006, p,30), e ainda “O laudo procura dar como fato estabelecido a resistência armada”. (POMAR, 2006, p, 31)

Referente a duas perícias realizada na casa após o crime, de acordo com POMAR

As contradições são tão graves que comprometem o próprio fundamento da alegação de que os ocupantes da casa reagiram à bala, e dão idéia da natureza da fraude que se montou. A cumplicidade habitual dos diversos órgãos de segurança nem sempre é suficiente para garantir o sucesso de uma farsa. (POMAR, 2006, p, 33)

A terceira morte foi do militante João Batista Drummond que ao deixar a casa da Lapa foi capturado e levado ao DOI-CODI onde morreu vítima das diversas torturas sofridas.

Em uma reflexão de POMAR os objetivos do massacre se tornam evidentes, ainda que gere desconfianças quanto à abertura política, nada do que foi retratado aqui justifica a brutalidade e arrogância desses senhores.

A lapa não foi excesso, nem obra dos “bolsões sinceros mas radicais”, expressão utilizada por Geisel para designar a extrema direita fardada. Há quem a entenda, pois, como ápice de uma verdadeira *operação limpeza* decidida pela ditadura e praticada pelos órgãos de segurança com o objetivo de preparar o terreno para a abertura política. (POMAR, 2006, p,46)

## 7. Os abatedouros

As casas da morte, estas que se fortaleceram na década de 1970, principalmente pós edição do AI-5 e posteriormente com o governo Médici, foram Centros Clandestinos de Detenção e Tortura (CCDT's).

Para BARETTA “Um CCDT pode ser definido como um lugar físico utilizado de maneira clandestina pelo Estado autoritário no combate aos seus opositores”. (BARETTA, 2017, p, 112)

Entre espaços isolados da civilização como casas e sítios, onde, mesmo havendo vizinhos - em referência a casa de Petrópolis - os métodos de torturas e assassinatos ocorriam diariamente sem que outras pessoas que não estivessem envolvidas percebessem.

Por ser uma prisão isolada, ainda que houvesse companheiros nos mesmos cômodos, o cárcere era solitário, o quadro geral era de total desespero, ademais, a dor física potencializava toda e qualquer emoção, sem estabilidade e equilíbrio mental muitos ainda não entregavam informações de seus grupos, outros morriam em decorrência dos demasiados maus tratos sofridos confessando a sua militância ou não. De acordo com BARETTA

Essas ações tinham como finalidade a quebra individual dos sujeitos, além de promover a neutralização e desmobilização social. Esta era uma prática eficaz para o sistema repressor porque além de eliminar o inimigo de forma direta, espalhava seus efeitos psicológicos sobre a população, conformando um poder anônimo e onipresente. (BARETTA, 2017, p, 112)

Faz-se necessário entender que a ditadura militar brasileira foi de cunho empresarial, portanto, elitista. Os imóveis utilizados para as práticas macabras eram cedidos por empresários, modificando-se assim a estrutura natural do lugar para órgãos do Estado que mantinham vítimas políticas em cárcere privado, violando seus direitos individuais, causando-lhes traumas psicológicos e emocionais como também lesões físicas devido às torturas. Em observação, para a BRASIL “[...] a escolha desses locais tornava a posição do preso político mais frágil – e com sensação ainda maior de impotência [...]”. (BRASIL, 2014, p, 792)

Nesse sentido, os imóveis estando registrados em nome de particulares, contribuía para a não identificação dos responsáveis envolvidos nos diversos casos assim como também facilitava

[...] a ocultação dos torturadores e, principalmente, da cadeia de comando, assim como para a eliminação de pistas que levassem à identificação dos militantes presos e às circunstâncias em torno das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos forçados. (BRASIL, 2014, p, 792)

Fica evidente a preocupação dos agentes em camuflar a verdadeira face da ditadura fraudulenta e assassina, pois, se tais ações ocorressem nas próprias bases militares ou em delegacias e quartéis não só levantaria suspeitas no meio da população como também colocaria em risco todos os colaboradores do infortunado.

O alicerce da repressão foi minuciosamente arquitetado, com todos os setores de comando e com as Forças Armadas envolvidas diretamente com as prisões clandestinas desde o começo da ditadura, tiveram dessa forma o controle “[...] de prisões e deslocamentos de presos, com o conseqüente fluxo de informações entre os órgãos de segurança do regime”. (BRASIL, 2014, p,792)

A seguir iremos identificar alguns dos lugares usados pela repressão, dentre eles um dos mais conhecido, a Casa da Morte de Petrópolis e o menos conhecido denominado de “navios-prisões”.

O Dopinha localizado em Porto Alegre (RS), foi considerado pela CNV como sendo o primeiro centro clandestino, nome dado pelos algozes sendo ele o diminutivo de DOPS (2014).

Para BARETTA o Dopinha foi “[...] um espaço de importância para atuação repressiva local e, por outro lado, um espaço de experiências, de práticas de terror e

tortura psicológica que atuaram diretamente sobre o corpo e a mente das pessoas presas”. (BARETTA, 2017, p, 126)

Outras dependências utilizadas pela ditadura foram as Granjas do Terror em Campina Grande (PB), a Fazendinha localizada em Alagoinhas (BA) e a Casa dos Horrores em Maranguape (CE).

Sobre a Casa dos Horrores, um dos algozes comentou: “Aqui não é o Exército, nem a Marinha e nem a Aeronáutica, aqui é o inferno”. (BRASIL, 2014, p,818). Ainda, uma curiosidade relevante é que “A expressão ‘Casa dos Horrores’ foi o nome usado pelos próprios agentes [...]”. (BRASIL, 2014, p, 818)

Já em São Paulo, existiu a Fazenda 31 de março, nome que deriva da data do golpe militar, 31 de março de 1964. Como já mencionado acima, os lugares eram emprestados para o Estado por indivíduos próximos aos militares e que comungavam dos mesmos valores. Sobre a fazenda, de acordo com a BRASIL

Em 2008, investigações do Ministério Público Federal de São Paulo descobriram que, originalmente, aquelas eram terras devolutas, sendo, portanto, apenas formalmente emprestadas por Fagundes aos militares, para instalarem um centro clandestino de tortura e execuções. (BRASIL, 2014, p, 806)

Pós desativação da Fazenda 31 de Março, outro centro de torturas foi aberto na estrada da cidade de Itapevi (2014), lugar que ficou conhecido como A Casa de Itapevi, “A casa de Itapevi foi um centro clandestino utilizado pelo DOI-CODI do II Exército e pelo CIE para tortura e execução de dirigentes do PCB, na ofensiva desencadeada pela Operação Radar [...]”. (BRASIL, 2014, p, 810)

As casas da morte se foram semelhantes em seus métodos se diferenciavam nas ações propostas internamente. Para simplificar o que foi dito temos como exemplo a Casa do Ipiranga também em São Paulo que serviu “[...] como um centro de recrutamento de infiltrados que, ao serem capturados, assinavam contratos de prestação de serviços com o Exército” (BRASIL, 2014, p, 811), como foi o caso da presa política Inês Etienne Romeu (acontecimento que trataremos a diante nesse trabalho).

Os serviços mencionados variavam desde a delação de companheiros políticos, até informações sobre os lugares usados pelos militantes e, posteriormente, os dias das reuniões dos grupos (2014).

Também em observação, a Operação Marumbi citada no capítulo 6.1, faz parte da história da Clínica de Marumbi, outro local clandestino situado no centro de Curitiba, que desencadeou também a chamada Operação Barriga Verde que visava tão somente o extermínio de simpatizantes do partido PCB por todo o Estado do Paraná.

Outrossim, foi a Casa de São Conrado no Rio de Janeiro. Em depoimento à CNV um ex preso político relata o fato de haver médicos envolvidos nas sessões de tortura para garantir que o processo ocorresse sem óbitos, [...] Eles tinham um médico que eu não sei quem é, esse médico, de tempo em tempo, avaliava se eu podia continuar sendo torturado ou não, me dava uma injeção de algum complexo para agüentar a tortura”. (BRASIL, 2014, p, 805)

O aparelho ditatorial foi sem dúvidas alicerçado e mantido por estes senhores que apoiavam os atos de censura, repressão e danação a integridade das vítimas, é injustificável as atrocidades cometidas pelos algozes, violências que vão desde o desaparecimento forçado, prisão arbitrária, cárcere privado, queima de arquivos, violência sexual, homicídios, decapitações, supressão de identidades até a ocultação de cadáveres em valas clandestinas e outros lugares desconhecidos pela sociedade até os dias de hoje.

### **7.1 Embarcações do mal**

Os navios como lugar de prisão e tortura existiram por tempo limitado, apenas no primeiro ano do golpe. Segundo a CNV, “Foram identificados seis navios utilizados como navios-prisões durante a ditadura militar: *Raul Soares*, *Canopus*, *Custódio de Mello*, *Princesa Leopoldina*, *Bracuí* e *Guaporé*”.(BRASIL, 2014, p, 823)

Entre os presos políticos, esses que estavam relacionados diretamente com a liderança sindical portuária,houve também [...] militares da Aeronáutica e da Marinha, entre eles o almirante Cândido da Costa Aragão, o “Almirante do Povo”, defensor das reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, que foi preso e torturado”. (BRASIL, 2014, p, 824)

Segundo a CNV, uma das justificativas para a utilização dos navios como prisão foram os interesses internos

Como, no período anterior ao golpe de 1964, a Marinha passava por turbulências internas, há possibilidades de que os navios-prisões tenham

sido utilizados por essa força armada para prender militares perseguidos, que não apoiaram as decisões do alto comando. (BRASIL, 2014, p, 824)

Como vimos acima, os devidos lugares analisados e escolhidos a dedo pela repressão são de fato espaços isolados e de pouca ou nula comunicabilidade externa, sendo assim uma das justificativas pela preferência das embarcações. Os navios eram de difícil acesso, dificultando principalmente a aproximação publicitária e outros fatores implicantes (CNV, 2014).

A incomunicabilidade a que presos foram submetidos nos navios-prisões pode ser entendida como um isolamento prolongado, situação que viola a integridade psíquica e moral da pessoa e os direitos de ter uma defesa efetiva e de questionar a legalidade da detenção. (BRASIL, 2014, p, 825)

As embarcações assim como as casas da morte passam por transformações em sua estrutura, é necessária tal adequação tanto do lugar que deixa de ser o que era como também dos espaços que se antes serviam para uma determinada função agora passam a ser órgãos estatais clandestinos de sevícias e trucidamentos.

Para tornar-se um presídio, o navio era adaptado para esse fim. De uma maneira geral os porões eram divididos em pequenas celas [...] Outros pontos, como a área onde a água da caldeira era fervida, o frigorífico e o local de despejo de fezes, também chegaram a ser utilizados como solitárias ou como locais de punição para presos. (BRASIL, 2014, p, 823)

É indispensável mencionar as graves violações de direitos humanos cometidas não só no caso dos navios-prisões como nas casas da morte citadas nesse trabalho e em todos os demais locais usados pelo regime ditatorial que se tem registro ou não.

## **7.2 Araguaia e a Casa Azul**

A Guerrilha armada do Araguaia, operada em Marabá (PA), foi o principal foco de movimento militante do PCdoB que ocorreu na década de 1970.

O principal dirigente

João Amazonas observou: “Não era possível fazermos a guerrilha na avenida Faria Lima, ou na Rio Branco. O melhor local que se apresentou, depois de várias pesquisas, foi o Araguaia [...] Onde havia uma mata densa”. O lugar selvagem, ora fantasioso, ora real, isolado, distante e pobre, o sertão e seus obstáculos, era propício [...]. (NOSSA, 2012, p, 43)

Logo, quando o conflito entre os militantes e os militares começou, foi necessário encontrar um espaço para deter tais presos políticos. A casa da vez, conhecida pela sua cor azul, ficava próximo a um rio, e “[...] Não tardou pra que todo o espaço do órgão passasse a ser conhecido por muitos como Casa Azul, [...] apontada como lugar central das torturas [...]”. (LUIZ, s/d, p, 84)

[...] a Casa Azul era o centro de comando de algumas operações de contraguerrilha coordenadas pelo coronel Curió, e os militares que atuavam no local recebiam ordens para transportar os prisioneiros da guerrilha direto para o centro clandestino ou matá-los. (CNV, 2014, p, 796)

Em 1975 com o fim da guerrilha, os responsáveis pelos genocídios que atingiu não só os militantes como também acabou envolvendo toda a comunidade local, torturando não só os opositores do regime mas os nativos que fossem considerados suspeitos ou que tivessem algum vínculo ou contato com a luta armada e respectivamente com os guerrilheiros.

Dessa forma, ocorreu a chamada

[...] Operação Limpeza”, como é designada pela literatura especializada a ação de apagamento de rastros atribuída aos militares pós 1975, momento em que teriam sido eliminados os restos mortais dos guerrilheiros enterrados em espaços utilizados pelas Forças Armadas, e eliminados documentos alusivos à Guerrilha como um todo. (LUIZ, s/d, p, 85)

Nesse momento, quando o governo Médici estava prestes a encerrar seus trabalhos, houve uma preocupação para a ocultação de tudo o que havia acontecido e de tudo o que ficou registrado no decorrer desses anos, seja em forma de documentação, memórias dos moradores do local ou as supressões de cadáveres.

Segundo LUIZ, REIS, SILVA a Operação Limpeza visava “[...] à eliminação de todo e qualquer vestígio material relativo às violações ocorridas durante a Guerrilha, incluindo-se o desaparecimento dos restos mortais dos guerrilheiros”. (LUIZ, REIS, SILVA, 2014, p, 90)

Tendo em vista o que foi aqui mencionado o “[...] processo de apagamento e silenciamento, foi-se ampliando, com o passar dos anos, as reivindicações por parte dos familiares dos mortos e desaparecidos [...]” (LUIZ, REIS, SILVA, 2014, p, 91) desembocou na Caravana dos Familiares dos Desaparecidos do Araguaia em 1980 e em 1995 na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

A guerrilha do Araguaia foi mais um fato comprovado da face sangrenta da Ditadura Militar Brasileira, em uma história de assassinos e assassinados não existe vitória, somente passado, memórias e censuras, que ainda sim pairou em Marabá mesmo depois que as tropas militares deixaram o lugar.

### **7.3 Petrópolis e as guerrilheiras**

A Casa da Morte de Petrópolis no Rio de Janeiro, conhecida como Codão pelos militares - por ser vinculada ao DOI-CODI - foi outra dependência cedida por particulares para que os responsáveis fizessem “[...] uma espécie de “cela preta”, que aprenderam nos Estados Unidos e na Inglaterra”. (BRASIL, 2014, p, 797)

É inevitável não evidenciar a relação direta existente com os americanos, tanto pelos empréstimos que o Brasil fazia com os Estados Unidos como também por acordos e alianças de interesses meramente elitistas. De acordo com SKIDMORE “O governo brasileiro começou, depois de 1º de abril de 1964, a receber cooperação muito maior dos Estados Unidos, em termos de assistência econômica e financeira”. (SKIDMORE, 2010, p, 376)

Para LIMA a casa de Petrópolis é “Considerada um dos piores porões de tortura da ditadura empresarial-militar, conta-se que do local ninguém saia vivo. A exceção fora Inês Etienne Romeu, ex-dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)”. (LIMA, 2018, p, 291)

Inês Etienne (1942 – 2015), única sobrevivente da casa da morte de Petrópolis, além de ser uma das vítimas de violência sexual tentou por várias vezes se suicidar em quanto estava na condição de presa política , assim como ela mesmo confirmou em depoimento a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), “Na prisão, tentei o suicídio para escapar das perversidades de meus carcereiros e para fugir das ameaças de morte lenta e de violências contra meus parentes”. (OAB, 1980, p, 6)

Em observação, uma das identificações que Inês fez da casa foi outro caso da existência de um médico, segundo Inês “[...] ele aplicava o pentotal sódico, o “soro da verdade” e, após examinar os presos, autorizava ou não o prosseguimento de tortura [...]”. (BRASIL, 2014, p, 798)

Além disto, em algum momento do cárcere Inês recebeu uma confissão de um dos seus algozes



[...] Dr. Roberto me disse que eles não queriam mais informação alguma; estavam praticando o mais puro sadismo pois eu já fora condenada à morte e que ele, Dr. Roberto, decidira que ela seria a mais lenta e cruel possível, tal o ódio que sentia pelos 'terroristas'. (BRASIL, 1981, p, 14)

É necessário dar visibilidade ao caso das militantes que participaram da luta armada em oposição à Ditadura Militar Brasileira. Em uma quebra de paradigmas patriarcais que permeavam as décadas entre 1960 e 1970 a mulher guerrilheira foi além de seus estereótipos. RIDENTI explica que “A norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de “mães-esposas-donas-de-casa [...]”. (RIDENTI, 1990, p,114)

A mulher era vista como inferior ao homem e não tinha autonomia nas decisões políticas, por isso não era vista como sujeito político capaz de fazer oposição a um regime autoritário, excludente, conservador e patriarcal. Entretanto, “Muitas mulheres tentavam romper, em diversos aspectos, com séculos de submissão ao entrarem para organizações clandestinas de extrema esquerda”. (RIDENTI, 1990, p, 116)

A ditadura viril, onde os principais elementos protagonistas desta história foram os homens, tanto no governo como nas próprias organizações e até mesmo na historiografia, ocultam as guerrilheiras que lutavam e buscavam por um espaço, ainda que dependessem e estivessem ao lado de homens militantes, essas mulheres não eram as putas comunistas como a repressão se referia.

As desigualdades históricas entre homens e mulheres foram reelaboradas e aprofundadas pela ditadura, que não admitia que mulheres desenvolvessem ações não condizentes com os estereótipos femininos de submissão, dependência e falta de iniciativa. Nesse sentido, o Estado autoritário direcionou uma violência específica a elas, gerando distintas conseqüências e seqüelas entre mulheres e homens. (BRASIL, online, s/d, p, 1)

Podemos notar nesse momento uma transição da mentalidade feminina, se antes eram obrigadas a seguir o padrão social de uma sociedade arcaica, onde a mulher era criada para um dia assumir o mesmo papel de suas mães e avós, agora essas mesmas mulheres tinham a oportunidade de escrever suas próprias histórias, na luta contra o sistema ou não. Para RIDENTI “[...] a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino”. (RIDENTI, 1990, p, 114)

Quanto aos casos de abusos contra a presa política, dentre eles os demasiados estupros sofridos, os atos estiveram vinculados não somente a obsessão pelo corpo feminino como também pela humilhação contra a figura feminina.

Portanto, a guerrilheira do período ditatorial brasileiro era torturada duas vezes, a primeira pelo vínculo político dentro das organizações de esquerda e a segunda tão somente por ser uma mulher, “A violência sexual contra as mulheres [...] foi usada de forma freqüente como uma arma de guerra numa demonstração ostensiva de que os torturadores têm poder social e político sobre as mulheres [...]”. (SÃO PAULO, online, s/d, p, 9)

## 8. Considerações

As rotineiras práticas de violência do regime militar brasileiro, o autoritarismo demasiado, as censuras e perseguições contra os opositores do governo, faz a tirania do sistema ser, sobretudo, desumana e não democrática, visando apenas o interesse empresarial de uma pequena burguesia.

A ditadura teve suas características marcantes pelas ações danosas que praticavam contra todo e qualquer indivíduo ou grupo que se auto declaravam contra o sistema arbitrário. A violação dos direitos humanos durante o percurso da existência dos generais no poder deve-se a utilização da arma e da tortura como sendo o principal meio para a proteção e consolidação do dogmatismo da época.

Dar visibilidade aos genocídios cometidos pela ditadura, independentemente de terem acontecido nos DOPS, nas casas da morte ou em outros aparelhos clandestinos, é um vínculo entre história e memória, que sempre será pertinente para não só a compreensão de contextos históricos como esse mais para que nós relembremos o passado para que não cometamos os mesmos erros anteriores.

Não há como mensurar tantas atrocidades cometidas por esses senhores durante um dos períodos mais tenebroso da História do Brasil, nada do que foi realizado nas décadas entre 1960 e 1970 justifica o terrorismo de estado causado por essa elite.

Em 2006, na época o então Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro, em votação ao *Impeachment* de Dilma Rousseff, dedicou o seu voto em memória a um dos seus “heróis”, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe

do DOI-CODI do II Exército em São Paulo, um dos maiores torturadores que a ditadura possuiu e que foi condenado pela Justiça Brasileira em 2008.

Se houve caráter característico a de um herói na ditadura de 1964, foi a dos presos políticos que estavam nos DOPS e nas casas da morte, sendo submetidos a agressões emocionais, psicológicas e físicas, submetidos há horas interrompidas de sessões de torturas em cadeiras elétricas, pau-de-arara, afogamentos, coroa de cristo e palmatórias, passando por diversas vezes a exposições com produtos químicos de fabricações duvidosas e as mulheres expostas através de corriqueiros atos de violências sexuais, onde, em alguns casos se tirava a arcada dentária e se cortava as pontas dos dedos dos presos como também utilizavam da incineração para a supressão de identidade das vítimas, considerando a ocultação desses cadáveres posteriormente.

O açougue militar, ou o aparato repressor clandestino, foi alicerçado pelos empresários que financiavam a ditadura mas também amparado por uma censura extrema não só do povo como das mídias e propagandas, tudo em nome de uma segurança justificada pelos Atos Institucionais e pelas campanhas contra os “subversivos”.

A ditadura militar brasileira foi executada por burgueses sanguinários e dissimulados que até os dias de hoje se acovardam por não confessarem seus atos perante a constituição, a sociedade e a justiça.

Atualmente, em 2019 o então presidente da República, Jair Bolsonaro, determinou ao ministério da defesa comemorações referente ao aniversário de 55 anos do golpe de 31 de março de 1964, desconsiderando todos os documentos e historiografia sobre o período, e cometendo mais um crime contra e perante a sociedade brasileira.

Já no mês de julho de 2019, o mesmo atinge diretamente a Comissão Nacional da Verdade - órgão temporário criado em 2011 com o objetivo de investigar todas as violações contra os direitos humanos ocorridos entre os anos de 1946 a 1988 - se referindo as investigações usando a palavra “balela”, termo relacionado a falsidade e a mentira.

Em uma guerra entre ideologias e disputas por poderes políticos, não existem vitoriosos, apenas a ascensão de totalitarismos, onde, as ordens que muita das vezes parecem ser providenciais - coisa que não são - sempre são exercidas de

cima para baixo, em forma de autoritarismos e imposições, acentuando-se uma dominação incoerente com as normas de uma sociedade.

Portanto, o presente trabalho busca desmistificar a ideia de que não houve ditadura militar no Brasil, buscando lembrar as atrocidades cometidas pelo regime nesse período histórico e dar maior visibilidade as casas da morte que ao longo dos anos foram sendo encobertas por gerações burguesas e elitistas.

## 9. Referências Bibliográficas

- BARETTA, J.R..A importância da materialidade dos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil. **AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**. v. 9, n. 21. 2017. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br> Acesso em 14/03/19 às 12h00.
- BANDEIRA, M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. 3.ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BRASIL, SÃO PAULO, **Relatório/ Comissão Nacional da Verdade – Recursos eletrônicos**. – Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <www.memoriasreveladas.gov.br> Acesso em 07/02/2019 às 11h34.
- BRASIL, SÃO PAULO, Comissão da verdade do Estado de São Paulo – Relatório – Tomo I – Parte II – **Verdade e Gênero**. s/d, Disponível em : <www.verdadeaberta.org.br> Acesso em 19/06/2019 às 15h27.
- BRASIL, Ordem dos advogados do Brasil – Conselho federal – comissão de direitos humanos. **Processo nº F-CDH – 017/80**. Disponível em: <www.epsjv.fiocruz.br> Acesso em 20/07/2019 às 18h45.
- Brasil: **nunca mais**. 26.ed.. São Paulo: Vozes, 1985.
- CIDH, Relatório Nº 71/15, Caso 12.879. Mérito. Vladimir Herzog e outros. Brasil. 2015. Disponível em: <www.oas.org.br> Acesso em 07/08/2019 às 16h00.
- FAGUNDES, A. L. C..**Do golpe à ditadura: a doutrina de segurança nacional e a construção do regime militar**. UFG, OPSIS, Catalão-GO, v.14. 2014. Disponível em: <www.revistas.ufg.br> Acesso em 24/09/2019 às 22h44.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2.ed. 5 reimpr..São Paulo: Edusp, 2012.
- GASPARI, E. **As ilusões armadas: a ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUISOLPHI, A. J..As marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. **Cadernos do CEOM** – ano, 22 n.31 –

Espaços de memória: abordagens e práticas, s/d . Disponível em:  
<[www.bell.unochapeco.edu.br](http://www.bell.unochapeco.edu.br)> Acesso em 11/11/2019 às 17h43.

IGLÉSIAS, F. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INSTITUTO MAURÍCIO GRABOIS. **Chacina da Lapa 30 anos: A democracia renasceu à custa de muitas lutas e muitas vidas!**. 2006.

LIMA, P.F.S.; GROSSI, D.. Os 'lugares da memória' da ditadura empresarial-militar revisitados em Petrópolis-RJ. **TRANSVERSOS Revista de História**. Rio de Janeiro, n.12. 2018. Disponível em: <[www.e-publicacoes.uerj.br](http://www.e-publicacoes.uerj.br)> Acesso em 18/03/2019 às 15h00.

LUIZ, J. M.; REIS, N. F. I.; SILVA, I. S.. **A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paranaense: desvelando memórias sobre a casa azul**. 2014. Disponível em: <[www.sigaa.unifesspa.edu.br](http://www.sigaa.unifesspa.edu.br)> Acesso em 19/03/2019 às 13h00.

NOSSA, L.. **Mata!:** O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

POMAR, P.E.R.. **Massacre na Lapa:** Como o exército liquidou o Comitê Central do PCdoB - São Paulo, 1976. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 3.ed, 2006.

QUELER, J.J.. Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960). **Tempo**. vol.14, n. 28. 2010.

\*Universidade Federal Fluminense Niterói\*. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)> Acesso em 14/05/19 às 13h51.

REIS, C.D.S.. O poder das "forças terríveis": a renúncia de Jânio Quadros e o ensaio para o golpe civil-militar de 1964. *Boletim Historiador*, n.15. 2016. \***Grupo de estudos do tempo presente**\*. Disponível em: <[www.seer.ufs.br](http://www.seer.ufs.br)> Acesso em 14/05/19 às 14h33.

RIDENTI, M. S.. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**; Ver. Sociol, USP, S. Paulo, 1990. Disponível em: <[www.revistas.usp.br](http://www.revistas.usp.br)> Acesso 29/09/2019 às 12h45.

SILVA, H.; CARNEIRO, M.C.R.. **Os presidentes:** Jânio Quadros, 20 presidente do Brasil 1961. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983.

SILVA, H.; CARNEIRO, M.C.R.. **História da República brasileira:** A renúncia 1961. São Paulo: Três, 1975.

SILVA, H.; CARNEIRO, M.C.R.. **História da república brasileira:** As crises e as reformas 1962-1964. São Paulo: Três, 1975.

SILVA, H.; CARNEIRO, M.C.R.. **Março-64**: 1965-1968. São Paulo: Três, 1975.

SILVA, R.F.. **Brasil**: do Regime Militar à abertura. São Paulo: Núcleo, 1992. SILVA, R.F.. **Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Núcleo, 1992.

SKIDMORE, E.T.. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKIDMORE, E. T.. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.